



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 199/2024 de 1º de Dezembro de 2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **21 DE JUNHO DE 2024** às **08h01min**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às **08h00min** sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

• **DO FUNDAMENTO LEGAL**

DO PREGÃO

O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

A definição de bens e serviços comuns está prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021: “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade



podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”

1. DO OBJETO:

1.1. Edital de pregão eletrônico com objetivo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEF PROFESSOR JOÃO REVERS, COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0236/2022, PROVENIENTE DA SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, NAS DIMENSÕES DE 6,30MX8, 30M (ÁREA DE 52,29M²) CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS COMPLEMENTARES**, e demais informações contidas no edital, Termo de Referência e demais anexos do edital.

1.2. Constitui objeto da presente licitação a contratação para o fornecimento dos seguintes produtos/serviços, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo VIII):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEF PROFESSOR JOÃO REVERS, COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0236/2022, PROVENIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, NAS DIMENSÕES DE 6,30MX8,30M (ÁREA DE 52,29M ²), CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS COMPLEMENTARES	UND	1	R\$ 143.539,77
	TOTAL			R\$ 143.539,77

A entrega dos produtos ou **realização dos serviços** deverá ser feita após a ordem de fornecimento, ordem de serviço ou assinatura do contrato, em horário e local designado pelo contratante, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega **(se for o caso)**.



Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.1. DO REGISTRO DE PREÇO

Não será aderido Registro de Preço

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **pregão na forma eletrônica**.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.3.6. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital,



observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006.

2.3.7. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3. ENVIO DAS PROPOSTAS¹

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema **ELETRÔNICO**, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei².

3.2.2. Que cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas³.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens [...] deste edital⁴.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados

¹ Nos termos do art. 63, II, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

² Art.63, I.

³ Art.63, IV.

⁴ Se a licitação for para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, §1º, I), ou seja R\$ 4.800.000,00



extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte⁵.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro(a), deverão ser encaminhados em prazo estipulado pelo pregoeiro(a).

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregoão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – **Modelo de Proposta Comercial**, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo **marca**⁶ (se necessário/ou solicitado), modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, planilha orçamentária, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. A proposta deverá conter o **PREÇO UNITÁRIO** e o **PREÇO TOTAL de cada item ofertado**, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.4 No campo **“MARCA”** da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca e modelo para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo **“DIVERSAS”** **“MARCAS DIVERSAS”**, ou quaisquer outras, **EXCETO** para contratação de serviços e em casos que a empresa seja a própria fabricante do objeto licitado podendo-se especificar como **“MARCA PRÓPRIA”**.

4.5. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da

⁵ Art.4º, §2º.

⁶ Avaliar de acordo com o mercado se há indicação da marca, neste momento, poderá levar a identificação dos licitantes. Se for esse o caso, exigir a marca apenas do vencedor.



empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.6. No campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto/ e ou serviço.

4.7. O pregoeiro poderá convocar técnicos da (s) área (s) pertinente(s) ao objeto/e ou serviço licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

4.8. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor

OBS.: Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, **excepcionalmente**, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no **item 3** deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e)** Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade (**Anexo V**).

5.1.1. Quanto as microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar a documentação a seguir:

- I. **Certidão Simplificada** da Junta Comercial do Estado da licitante ou Certidão do Registro Civil de



- Pessoa Jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias da data do registro da proposta.
- II. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (**Anexo VI**). A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- III. A não apresentação dos documentos de que tratam a alínea “ f ” do item 5.1 leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.
- IV. As empresas que não se enquadrarem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estão dispensadas da apresentação dos documentos exigidos pela alínea “ f “.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b)** Regularidade perante a Fazenda **FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede da empresa licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao **FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**);
- e)** declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- f)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **sob pena de inabilitação**.
- g)** Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



h) A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a [120] dias da data designada para a apresentação do documento.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c) A boa situação financeira será avaliada de acordo com os critérios estabelecidos e deverão ser apresentados os índices calculados a seguir:

ILC = $\frac{AC}{PC}$: cujo resultado devesse ser maior ou igual a 1,00

PC

ILG = $\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$: cujo resultado devesse ser maior ou igual a 1,00

PC+ELP

IEG = $\frac{PC+ELP}{AT}$: cujo resultado devesse ser menor ou igual a 0,50

AT

Sendo que:

ILC = Índice de liquidez corrente

ILG = Índice de liquidez geral

IEG = Índice de endividamento geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total



5.3.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.3.4.1. A substituição referida no item 5.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.3.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas⁷.

- **Art. 64.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- **I** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- **II** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- habilitação e classificação.

5.3.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação⁸.

5.3.8. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento.

⁷ Art. 64, I e II.

⁸ Art. 64, §1º.



5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa deverá atender os seguintes requisitos:

5.4.1. Certidão de Registro e Regularidade vigente da pessoa jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA-SC (Os proponentes sediados em outra jurisdição deverão apresentar obrigatoriamente, no ato de assinatura da ata de registro de preços, visto ou registro ou documento equivalente junto ao CREA do Estado de Santa Catarina).

5.4.2. Certidão de Registro e Regularidade vigente do Responsável Técnico do tipo Engenheiro Civil com registro no CREA/SC ou Arquiteto e Urbanista com registro no CAU/SC (O profissional técnico sediado em outra jurisdição deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da assinatura da ata de registro de preços, visto/registro ou documento equivalente junto ao Conselho/Entidade Competente do Estado de Santa Catarina).

5.4.3. Comprovação do licitante do vínculo empregatício entre a empresa proponente e o responsável técnico, através de: Registro profissional na carteira do trabalho, acompanhado da cópia do registro profissional no livro de registro de empregados da empresa; ou do contrato de prestação de serviços autenticado; ou na hipótese do sócio ser também o responsável técnico pela empresa, do contrato social ou alteração contratual, em que conste cláusula que identifique essa condição; ou Certidão de Registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho/Entidade Competente, onde conste o nome do profissional como responsável técnico.

5.4.4. No mínimo 01 Atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da proponente (pessoa jurídica) comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.⁹

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato¹⁰.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3.A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

⁹ Art. 9º, § 1º.

¹⁰ Art. 48, parágrafo único.



8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.



9.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 10,00(dez reais)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de **DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos e as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez)** minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem¹¹:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, capítulo V, seção II, art. 86 Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

¹¹ Conforme o disposto no Art. 60.



d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3. 5.4, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.



13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, **em 5 (cinco) dias úteis**, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13.7. Em casos de dúvidas quanto a documentação e anexos, o(a) pregoeiro(a) poderá abrir diligências para sanas-las.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:



a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.¹²

- **Art. 168.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **Parágrafo único.** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o **TERMO DE CONTRATO E OU/ATA DE REGISTRO DE PREÇO** ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05**

¹² Art. 168.



dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O **prazo de vigência** do contrato será conforme cronograma físico financeiro, contado a partir da data da assinatura do instrumento contractual e publicação do seu extrato no Diário Oficial do órgão licitante, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que justificadamente, a critério da Administração, por igual período.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



18.1. Os pagamentos serão mensais, de acordo com o cronograma físico – financeiro, e serão efetuados na apresentação da fatura referente à medição previamente realizada pelo fiscal da obra. Haverá retenção de impostos e contribuições, quando couber.

18.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3. . O pagamento será efetuado contra empenho, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal da pasta.

18.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o **Anexo VIII, Termo de Referência do Edital.**

19.2. Os materiais e/ou serviços deverão ser entregues no local indicado pela Administração ou a Secretaria Solicitante.

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos e/ou serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de **15** dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

19.4. O material a ser entregue (**quando for o caso**) deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

19.6. O objeto/ e ou serviço licitado deverá ser entregue pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções¹³:

- a)** advertência;

¹³ Art. 156 ... § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo **regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.**



b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos¹⁴.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

¹⁴ OBS.: A sanção estabelecida na alínea “d” do item 19.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (ART. 156, § 6º):

a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea “a”, supra referida, na forma de regulamento.



20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, em até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.



21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo sítio eletrônico no item referido acima.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://belmonte.sc.gov.br/>.

22.11. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da



Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.12. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.13. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Proposta (Especificações e quantidades) e declaração de integralidade da proposta anexa;

Anexo II - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (modelo);

Anexo III - Declaração de cumprimento do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º Da Constituição Federal (modelo);

Anexo IV - Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou com grau de parentesco proibitivo com a administração pública municipal (modelo);

Anexo V - Declaração da proponente de que não pesa contra si, declaração de idoneidade

Anexo VI - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VII - Declaração de Disponibilização de Pessoal e Equipamentos

Anexo VIII - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar conjunto;

Anexo IX - Minuta de Termo de Contrato

22.15. Fica eleito o Foro da Comarca de **Descanso-SC** para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Belmonte- SC, 07 de junho de 2024.

Daiana L. Villa Basso
Secretária Municipal de Educação

TEREZINHA F. P. KLEIN
OAB/SC 36.087
Visto Jurídico



ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

Modelo de proposta de preços

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as especificações consignadas no edital de licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024** e seus anexos, conforme abaixo:

EMPRESA: ENDEREÇO: TEL.: CIDADE: INSC. MUNIC.: CNPJ: INSC. EST.: UF:

Colar tabela abaixo com os itens de acordo com cada entidade e as características estabelecidas no Termo de Referência do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024**.

Valor Global Total: R\$ _____ (_____).

Declaramos que:

1) Nossos preços propostos já estão incluídas todas as despesas, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para entrega dos materiais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega das propostas.

_____, de _____ de 2024.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO II
DECLARAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024
(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa:, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu Representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no item 4.1 do Capítulo IV do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024** que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação.

_____, de _____ de 2024.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

C.N.P.J.

ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024** em cumprimento com o que determina o inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, de _____ de 2024.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024
“MODELO PADRÃO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA”

DECLARAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ref.: Licitação Pregão Eletrônico nº 24/2024.

O, inscrito no CNPJ n, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade noe do CPF no, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do Pregão nº 24/2024, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de BELMONTE, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

Local e Data

.....
(representante legal)



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Razão Social da Empresa) _____, CNPJ Nº
_____, sediada na _____ (endereço completo)
_____, DECLARA, sob as penas da lei, que
não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas
esferas.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Razão Social da Empresa) _____,

CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo)

DECLARA, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no edital, que se enquadra como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar n. 124/2006, e, ainda que no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da referida Lei.

Município de _____, dia ____ de _____ de 202__.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

DECLARAÇÃO DE QUE DISPÕE DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS

À Comissão de Licitação

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 24/2024, instaurado por essa Prefeitura Municipal, que se considerado adjudicatário do objeto/e ou serviço da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos para execução da obra de acordo com a necessidade para a realização do objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

, em de de 2024.

Nome do responsável legal da empresa e assinatura



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024
ANEXO VIII
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEF PROFESSOR JOÃO REVERS, COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0236/2022, PROVENIENTE DA SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, NAS DIMENSÕES DE 6,30MX8, 30M (ÁREA DE 52,29M²) CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS COMPLEMENTARES, e demais informações contidas no edital, Termo de Referência e demais anexos do edital.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A construção de uma sala de aula na CMEF Professor João Revers, visa garantir que todos os alunos tenham acesso a um ambiente de aprendizado propício ao desenvolvimento acadêmico e social, tendo em vista a crescente demanda da escola. Ao reduzir o número de alunos por turma, pode-se melhorar significativamente a qualidade do ensino, oferecendo uma atenção mais individualizada e facilitando a participação ativa dos estudantes nas atividades educacionais. Com a construção de uma nova sala, pode-se criar um ambiente mais espaçoso e acolhedor, que promove o engajamento e o interesse pela aprendizagem. Além disso, investir na infraestrutura das escolas é fundamental para garantir uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento social e econômico de nossa comunidade.

Para viabilizar essa iniciativa, o Município conta com o apoio financeiro da Secretaria Estadual de Educação. O Município recebeu o seguinte recurso:



Transferência Especial de Emenda Parlamentar impositiva nº 0236/2022, Secretaria de estado da Educação, objeto: Construção de salas de aula no município de Belmonte, valor: 100.000,00

Os recursos destinados à ampliação das salas de aula serão investidos de forma responsável e transparente, garantindo o máximo aproveitamento e benefícios duradouros para os alunos e toda a comunidade escolar.

3. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS

3.1.1. Os serviços deverão ser executados na Escola Municipal CMEF Professor João Revers, localizada no centro do município de Belmonte/SC.

3.1.2. Caso o vencedor deste certame não cumprir com o descritivo da Autorização de Fornecimento ou contrato, a empresa será notificada pela municipalidade indicando a violação do contrato, será estipulado um prazo para correção, respeitando o descritivo da licitação e sem ônus à municipalidade.

3.1.3. A locomoção até o local da realização dos serviços e o retorno será por conta do contratado tanto quanto a alimentação ou quaisquer outros gastos que não sejam objeto dessa licitação, devendo dispor de pessoal, equipamentos e material suficiente para a realização plena e perfeita do objeto da presente licitação.

4. FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

4.1. O pagamento será efetuado de acordo com cronograma físico-financeiro, comprovação de execução dos serviços através de medição e emissão de nota fiscal.

Os critérios estabelecidos e periodicidade a ser adotada na medição das etapas da obra seguirão o estabelecido no cronograma físico financeiro.

5. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

5.1. O gestor deste processo, será exercida pelo (a) Sr (a). **DAIANA L. VILLA BASSO- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

5.2. O fiscal deste processo, será exercido pelo (a) Sr. (a). **CHIRLEI REGINA REVERS TRENTIN- PROFESSORA**

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



6.1. A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da prevista(s) na Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2024, considerando-se que as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento.

7. ESTIMATIVA DO VALOR

7.1. O valor Total estimado previsto para a aquisição do referido objeto será de de **R\$ 143.539,77** (cento e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos), de acordo com planilha orçamentária.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 199/2021, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Belmonte/SC, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A estimativa do valor necessário para realização da referida obra foi elaborada através de planilha orçamentária, com embasamento da tabela SINAPI. É utilizada como referência de preço, conforme sugere o Art. 48 do Decreto nº 199/2023 do Município de Belmonte:

Art. 48. *No processo de contratação de obras e serviços de engenharia, o valor máximo da contratação será definido por insumo ou serviço da planilha de composição de custos, sendo acrescido o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais cabível pelo custo correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia.*

8. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1. O critério de julgamento será **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.**

8.2. MEMORIAL DESCRITIVO



PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE - SC

OBRA: AMPLIAÇÃO – COLEGIO JOÃO REVERS – 52,29m²

LOCAL: COLEGIO JOAO REVERS – BELMONTE -SC

PROJETO: PRATICA ENGENHARIA, CONSULTORIA E PERICIAS LTDA – CREA-SC-169027-7

1. GENERALIDADES

1.1 - OBJETIVO:

O presente memorial tem como objetivo discriminar os materiais que deverão ser utilizados na construção de uma AMPLIAÇÃO DE UMA SALA DE AULA, de Edificação Educacional e determinar as normas de execução a serem seguidas em todos os serviços.

A obra tem:

- Edificação existente: 876,40m²;
- Edificação a ampliar: 52,29m².
- Total da Edificação: 928,69m²;

1.2. - CONDIÇÕES LOCAL:

O terreno de forma IRREGULAR consiste do lote de propriedade do município de Belmonte – SC, onde está locado o colégio existente.

1.3 - PROJETO:

Os serviços a executar são constantes nas especificações do presente memorial e das plantas relacionadas. Em relação ao projeto arquitetônico, havendo divergências no que se refere as cotas e dimensões, prevalecerá os valores indicados em planta e não os valores em escala. O projeto consta das plantas baixas, elétrica, sanitária, cobertura, cortes, localização estrutural e fachadas. A empresa que executa os serviços é obrigada a obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços, pagando os emolumentos previstos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas referentes a obra e a segurança pública, e ainda trabalhista e impostos de consumo de água, força, que digam, diretamente, ao cumprimento de quaisquer formalidades de pagamento, a sua custa, multa que lhe forem impostas pelas autoridades.



1.4 - **NORMAS TÉCNICAS:**

A execução da obra obedecerá às normas técnicas da ABNT e outras vigentes no país, aplicáveis a cada caso. É vedada qualquer modificação do projeto, prévia análise e aprovação da modificação, a qual deverá ser utilizada por escrito pelo engenheiro projetista e/ou executor.

1.5 - **PROJETO ARQUITETÔNICO:**

Observância aos projetos e respectivos detalhes, bem como em estrita obediência as prescrições e exigências contida neste documento.

1.6 - **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA:**

O construtor obriga-se a executar as obras de acordo com o projeto, prestando toda a assistência técnica e administrativa, a fim de que os trabalhos sejam desenvolvidos com máxima perfeição e mínimo desperdício.

É de responsabilidade da empresa construtora:

- alicciamento de mão-de-obra aos serviços a executar;
- instalação de equipamento mecânico e ferramentas necessário.

É o construtor obrigado a facilitar meticulosa fiscalização dos materiais, da execução e serviços contratados, facilitando, a fiscalização, o acesso as partes da obra contratados. Obriga-se do mesmo modo, a facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à obra. Não será permitido manter no recinto das obras qualquer material não correlacionado com a mesma.

2. - **SERVIÇOS INICIAIS:**

2.1 - **LOCAÇÃO DA OBRA:**

A locação da obra deve ser executada com instrumentos adequados. O construtor procederá a locação planimétrica e altimétrica da obra de acordo com a planta de situação aprovado pelo órgão público competente, fazendo marcação de pontos de referência, a partir dos quais seguirá os serviços sob sua responsabilidade. O construtor procederá a aferição das dimensões do terreno, e a marcação da obra de acordo com as cotas constantes no projeto com a real condição encontrada no local.

2.1.1 - **GABARITO:**

A locação da obra deve estar rigorosamente de acordo com a planta de locação. A locação deve ser feita em gabarito de esquadro e nível, com alturas superiores ao baldrame da construção. O gabarito será executado com guias de 2,5 x 15 cm, as guias devem ser fixadas em pontaletes cravados no solo a uma profundidade de 60 cm e afastadas a cada 1,80 m, os pontaletes devem ser de eucalipto. Deve ser observado a rigidez, o nivelamento e os ângulos internos do gabarito.

2.1.2 - **REFERÊNCIA DE NÍVEL:**

O nível dos pisos internos da edificação deverá estar de acordo com os indicados em planta, tomando por referência uma das cotas das salas existentes, e desta ajustar as demais conforme projeto (para mais ou para menos). Tudo será implantado conforme medidas e níveis constantes no levantamento.

2.2.2 - **INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA E FORÇA:**

Será utilizado as instalações da edificação existente. Contudo, a empresa devera, cuidar e entregar o ambiente limpo e desembaraçado; A ligação de água obedecerá às prescrições e exigências da municipalidade local. A ligação de energia elétrica obedecerá às prescrições da concessionária local de energia elétrica. Ambos serão utilizados da edificação.

2.3 - **TRANSPORTE:**

2.3.1 - **TRANSPORTE INTERNO:**

O transporte de material na obra deverá ser feito através de carrinhos de mão, padiolas, rampas.

2.3.2 - **TRANSPORTE EXTERNO:**

Todo material necessário será recebido na obra através de caminhões ou similares. A despesa do transporte externo será por conta dos fornecedores.

3.0 - **ESTRUTURA:**

Será observada rigorosa obediência ao projeto arquitetônico.



3.1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

3.1.1 – Fundações e estrutura:

A fundação superficial com sapatas isoladas de 80X80X30cm em quantidade de 08 unidades. Sobre a viga baldrame, curada, será executada a impermeabilização com duas demãos de hidroasfalto, aplicando uma demão perpendicular à outra, marca Igol. A ferragem utilizada nas sapatas deverá ser 10,00mm (3/8"), sendo 08 ferro em cada direção (cada 10,00cm); Na viga baldrame (15x30) será utilizado 5 ferros longitudinais, sendo 02 ferro de 10,0mm (3/8") na parte inferior e 03 ferro de 10,00mm (3/8") na parte superior. Os estribos serão com ferragem de 5,0mm a cada 15cm; Nos pilares (15x30) serão utilizados 08 ferro de 10,00mm (3/8"), em todo seu comprimento, com transpasse quando necessário, de no mínimo 70cm. Quanto ao transpasse que vem da fundação, seguir a mesma medida e quantidades de ferro. Quanto as dobras, deverão ser no mínimo 10,00cm. Na viga superior (15x45)-(viga forro): 08 ferros longitudinais, sendo 05 ferro de 10,00mm (3/8") na parte inferior e 03 ferro de 8,00mm (5/16") na parte superior, Os estribos serão com ferragem de 5,0mm a cada 15cm; Os pilares, deverão seguir desde a fundação até a laje forro. Sobre a viga baldrame, curada, será executada a impermeabilização com duas demãos de hidroasfalto, aplicando uma demão perpendicular à outra, marca Igol ou similar

3.1.2 PAREDES: Todas as paredes serão em alvenaria;

3.1.3 FORRO e BEIRAIS: o forro será de laje-prémoldada, a ser fornecida pelo contratante; A mesma devesa seguir a dimensão de projeto bem como o vão proposto. Quanto ao beiral sera em madeira, seguindo modelo do beiral da edificação existente;

3.1.4 – COBERTURA: a estrutura sera em madeira a serem fabricadas e instaladas pela empresa executora; os caibros e guias serão fixadas à estrutura superior dos pilares de madeira através de junção de encaixe macho/femea, conforme sua base, parafusada; e telhamento em telhas cerâmicas, igual ao modelo da edificação existente. Da laje até a cobertura, sera executada um vão com altura igual da edificação existente, com tijolo 21 furos, dando assim ventilação a cobertura;

3.1.5 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS: não há.

3.1.6 – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS: não há;

3.1.7 - PISO: piso sera em concreto, com revestimento cerâmico em porcelanato antiderrapante (quanto ao revestimento cerâmico, ele deverá seguir as especificações do Corpo de Bombeiros de SC. O modelo e tipo, e cor, será escolhido pelo Departamento da Educação do município.

3.1.9 – PINTURA: Sera realizado uma pintura geral da sala, Interno, teto e Externo. Alvenaria e forro madeira. Todas as superfícies a pintar deverão estar secas e isentas de poeira e de qualquer outro tipo de impureza. As paredes, internos e externos, e forros receberão o acabamento com tinta acrílica e óleo. As esquadrias metálicas levarão pintura metálica.

3.1.10 – ESQUADRIAS: as janelas, serão de ferro e vidro, conforme projeto e modelo das salas existentes. Em sua totalidade deverá ser executado verga e contraverga na dimensão de 25,00cm para cada lado das esquadrias. Os vidros serão do tipo liso, com mínimo 6,0m de espessura. Será executado também peitoris de **granito**, conforme descrição em orçamento e modelo das janelas existentes. As portas serão em alumínio tipo veneziana ou labril.

3.1.11 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: toda a parte elétrica e instalações deverá obedecer aos projetos, bem como as normas da ABNT. Quanto ao fornecimento, sera ligada a rede existente da edificação.

3.1.12 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: todas as instalações deverão ser executadas observando as normas de execução ABNT, CELESC, SAMAE e o Código de Obras da Prefeitura. As instalações deverão ser testadas antes da conclusão do acabamento da peça.

3.1.13 – ACESSIBILIDADE E ARBORIZAÇÃO: Toda a acessibilidade, seguira a NBR 9050/2020, descritos em projeto anexo ao referido projeto;

3.1.14-REVESTIMENTO:

Os revestimentos de argamassa serão constituídos por três camadas superpostas, contínuas e uniformes. O chapisco, o emboço e o reboco. **Internamente será com massa corrida (paredes e teto)**. Para chapisco será utilizada argamassa de cimento e areia traço 1:4, com espessura de 10 mm, internamente e de 1:3 com espessura de 15 mm, externamente. Os rebocos só serão iniciados após completar pega dos emboços, cuja superfície será limpa, retirando as partes soltas e deverão ser suficientemente molhadas. Para reboco será utilizada argamassa fina de cimento, cal e areia fina, mais 5% de cimento com espessura de 2,0 mm. Nas paredes externas, a uma altura aproximada de 1,10m, será executado revestimento cerâmico. Seguindo o modelo da edificação existente.



3.1.15-LIGAÇÕES DEFINITIVAS, CERTIDÕES E OBRAS COMPLEMENTARES: As ligações definitivas devem ser requeridas nas repartições competentes após a conclusão da obra. Toda a certidão habite-se e demais documentos para a liberação da obra deverão ser encaminhadas e entregues pela construtora que deverá requerer nas repartições competentes as ligações definitivas.

3.1.16 - RECEBIMENTO DA OBRA:

A obra deverá ser entregue limpa tanto interna como externamente. Serão removidos manchas e salpicos de argamassa e tinta pela lavagem das esquadrias, vidros e pisos. Entulhos, galpões de obra, ferramentas, andaimes, sobra de material, serão totalmente removidos do terreno, ficando o local em perfeitas condições de habitabilidade, funcionamento e segurança.

8.3. Planilha orçamentária:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE - SC							SENAPI 02/2024 (COM DESONERAÇÃO)		
PROJETO: AMPLIAÇÃO DO COLÉGIO JOÃO REVERS (SALA 01)			ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 52,29m ²				DATA REFERÊNCIA TÉCNICA 19/03/2024		
Endereço da Obra: Parte de chacara nº 96 - Centro do Município							DATA ORÇAMENTO: 16/04/2024		
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG FABIO LUIZ ECKERT							BDE 29,91%		
ITEM	TABELA	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES									R\$ 603,63
1.1	SENAPI	103688	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS M2 AS 206,07	1,50	M ²	399,77	466,66	402,42	R\$ 603,63
2 ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO									R\$ 42.941,46
2.1 SAPATAS									R\$ 6.623,79
2.1.1	SENAPI	98523	Escavação Manual para bloco de concreto ou sapata, sem previsão de forma	6,15	M ³	89,59	550,90	116,39	R\$ 715,70
2.1.2	SENAPI	93382	Rebordo Manual de valas com compactação mecanizada	4,10	M ³	24,59	100,82	31,94	R\$ 130,97
2.1.3	SENAPI	96617	Leitro de Concreto Magro, aplicado em Blocos de Concreto ou Sapatas, espessura 3cm	5,12	M ²	20,59	105,42	26,70	R\$ 136,95
2.1.4	SENAPI	96535	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	10,34	M ²	127,96	1.310,31	186,23	R\$ 1.702,22
2.1.5	SENAPI	92259	MADEIRA SERRADA EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	0,50	M ³	1.931,60	965,80	2.500,34	R\$ 1.254,67
2.1.6	SENAPI	104919	ARMADILHA DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	78,94	Kg	12,56	991,49	16,32	R\$ 1.286,04
2.1.7	SENAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO) AREIA MÉDIA(SEDA) ROLADA) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	1,54	M ³	697,36	1073,93	905,94	R\$ 1.395,15
2.2 VIGA BALDRAME									13.999,20
2.2.1	SENAPI	96527	ESCOVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCOVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	1,64	M ³	96,49	161,52	137,95	R\$ 209,84
2.2.2	SENAPI	101619	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL. AF_06/2020	0,13	M ³	290,19	37,76	377,25	R\$ 49,04
2.2.3	SENAPI	96530	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_01/2024	17,52	M ²	143,53	2.514,65	186,46	R\$ 3.266,78



2.2.4	SNAPI	92259	MADEIRA SERRADA EM PISALIS, NESTA (OU EQUIVALENTE DA REGIÃO) - BRUTA	1,75	M3	3.931,60	3.380,30	2.506,94	R\$ 4.391,55
2.2.5	SNAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO) ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2023(8) CR 13,86	29,20	kg	13,86	404,71	18,01	R\$ 525,76
2.2.6	SNAPI	104108	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA DE CONCRETO) ARMADO EMBUTIDA EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022(8) CR 12,65	90,52	kg	12,65	1.148,08	16,40	R\$ 1.407,57
2.2.7	SNAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO) AREIA MÉDIA(SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	1,30	M3	697,36	920,52	905,94	R\$ 1.195,04
2.2.8	SNAPI	80546	Impermeabilização de Superfície com Membr. Adh. (em canafix, inclusive aplicação de Primer adh. fixo)	17,52	M2	136,23	2.211,58	183,99	R\$ 2.873,02
2.3	PILARES								6.023,01
2.3.1	SNAPI	92263	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENGDIA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	12,76	M2	167,23	2.133,85	217,25	R\$ 2.772,09
2.3.2	SNAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO) ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2023(8) CR 13,86	23,20	kg	13,86	321,85	18,01	R\$ 417,73
2.3.3	SNAPI	104108	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA DE CONCRETO) ARMADO EMBUTIDA EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022(8) CR 12,65	115,07	kg	12,65	1.455,64	16,40	R\$ 1.891,02
2.3.4	SNAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO) AREIA MÉDIA(SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	1,04	M3	697,36	725,25	905,94	R\$ 942,18
2.4	VIGA SUPERIOR								8.037,22
2.4.1	SNAPI	92265	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENGDIA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	19,52	M2	122,01	2.381,64	198,50	R\$ 3.093,98
2.4.2	SNAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO) ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	39,20	kg	13,86	543,31	18,01	R\$ 705,82
2.4.3	SNAPI	104108	ARMAÇÃO DE PILAR (OU VIGA DE ESTRUTURA DE CONCRETO) ARMADO EMBUTIDA EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	144,84	kg	12,65	1.832,23	16,43	R\$ 2.380,24
2.4.4	SNAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO) AREIA MÉDIA(SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	2,05	M3	697,36	1420,59	905,94	R\$ 1.857,18
2.5	LAJE PRE-MOLDADA								8.258,24
2.5.1	SNAPI	101729	ESQUELAMENTO DE FÓRMAS DE LAJE EM MADEIRA NÃO APARELHADA, RE-DIRETO(SIMPLES, INCLUSIVE TRAVAMENTO), 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	2,00	M3	20,13	40,26	26,15	52,30
2.5.2	SNAPI	3738 (I)	LAJE PRE-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGUETAS) PARA PISO, UNIDIRECCIONAL, SOBRECARGA DE 350 KG/M2, VAO ATÉ 5,00 M, INSTALADO	52,29	M2	79,94	4180,06	103,85	5430,32
2.5.3	SNAPI	102482	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO) AREIA MÉDIA(SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	2,20	M3	697,36	1534,19	905,94	R\$ 1.993,07
2.5.4	SNAPI	21141 (I)	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-50, (1,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 60 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	52,09	M2	11,52	602,38	14,67	R\$ 782,55



								RS 29.916,56	
3	COBERTURA								
3.1	SINAPI	92259	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELHURA (ENTERA OU MESA), SERRIADA, EM MADEIRA NÃO APARELHADA, PARA VÁZIS MAIORES OU IGUAIS A 3,0 M E MENORES (QUE 6,0 M, INCLUSIVE) CIMENTO, AF_07/2019	9,00	U.N.	782,35	7.041,15	1.016,38	R\$ 9.147,16
3.2	SINAPI	92539	TRAMA DE MADEIRA OBRATEA POR RIPAS, CABRIS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	65,36	M2	143,53	9.381,48	186,46	R\$ 12.187,48
3.3	SINAPI	94195	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE TIPO PORTUGUESA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	65,36	M2	37,49	2.450,44	46,70	R\$ 3.183,37
3.4	SINAPI	94219	CUMBEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:5 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	25,00	M	33,57	839,25	43,61	R\$ 1.090,27
3.5	SINAPI	101162	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CERÂMICA (CERÂMICA DE TACODORON E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PRENAR) EM BETUMEIRA, AF_05/2020 - (TÍTULO) 21 FURTO	14,60	M2	176,37	2.575,00	209,12	R\$ 3.345,19
3.6	SINAPI	94227	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENHO ALVENÁRIO DE 33 CM, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	12,00	M	61,78	741,36	80,36	R\$ 963,10
4	PARDE EM ALVENARIA								RS 9.337,48
4.1	SINAPI	103324	Alvenaria de Vedação de Blocos Cerâmicos Fundos na Vertical de 14(13)CM CM (ESPESURA 14 CM) e Argamassa de Assentamento em Betoneira, AF_12/2021, para gôa, nos planos inclinados, altura acima do piso em 10cm	80,30	M2	89,51	7.187,65	116,28	R\$ 9.337,48
5	REVESTIMENTOS DE ALVENARIA								RS 27.900,03
5.1	SINAPI	87906	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO, AF_02/2023 M2 OR 209,97	37,95	M2	209,97	7.968,36	272,77	R\$ 10.351,70
5.1	SINAPI	87907	Chapisco Aplicado em Alvenaria (com presença de vãos) e Estruturas de concreto de Fachada, com Equipamento de Projção, argamassa tipo com preparo manual	160,60	M2	6,67	1.071,20	8,66	R\$ 1.391,60
5.2	SINAPI	87778	Massa Única 8/100 massa cor-de-rosa, com acabamento final (possui as propriedades de proteção do reboco e um acabamento final de qualidade que dispensa a aplicação do reboco, quando bem executado em Argamassa) Industrializada, para revestimento em pintura, preparo mecânico e aplicação com equipamento de mistura e projeção de 1,5 m ³ /h de argamassa em pontos de fachada com presença de vãos, espessura de 25mm	160,60	M2	77,44	12.436,86	100,60	R\$ 16.156,73
6	PAVIMENTAÇÃO								RS 8.343,34
6.1	SINAPI	87642	Contrapiso em Argamassa Traço 1:4 (cimento e areia), preparo manual, aplicado em áreas secas sobre laje aldrada, espessura 4cm	48,00	M2	55,18	2.648,64	71,68	R\$ 3.440,85
6.2	SINAPI	#REF!	Revestimento Cerâmico para Piso com Placa tipo Estruçada Extra de dimensões 60x60 cm (TPR) ANTIDERRAPANTE) aplicada em ambiente de área maior que 10,00m ² incluído rodapé de 7,00cm (embutido ou não)	48,00	M2	78,62	3.773,76	102,14	R\$ 4.902,49



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

@prefeituradebelmontesc
@prefeituradebelmonte
administracao@belmonte.sc.gov.br

48 3625 0058 | 3625 0066 | 3625 0079 | 3625 0300



acesse o site aqui



7	VERGA E CONTRAVERGA EM CONCRETO								R\$ 4.240,26
7.1	SINAPI	93387	Verga Moldada in loco em concreto para Janelas com mais 1,50m de vão	10,00	Metros	165,57	1.685,70	215,09	R\$ 2.150,92
7.2	SINAPI	93397	Contraverga Moldada in loco em concreto para Janelas com mais 1,50m de vão	10,00	Metros	160,83	1.608,30	208,93	R\$ 2.089,34
8	PEITORIS								R\$ 2.115,97
8.1	SINAPI	101965	PEITORIL LINEAR EM GRANITO (OU MÁRMORE, L = 15CM, COMPRIMENTO DE ATÉ 2M, ASSENTADO) COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO, AF_11/2020 - JANELAS	10,00	Metros	162,88	1.628,80	211,60	R\$ 2.115,97
9	ESQUADRIAS (PORTAS)								R\$ 3.094,54
9.1	SINAPI	91338	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRE, COM GUARNIÇÃO, FIDUÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2019	1,89	M2	1.260,35	2.382,06	1.637,30	R\$ 3.094,54
10	ESQUADRIAS (JANELAS)								R\$ 4.420,10
10.1	SINAPI	94885	PANELA DE AÇO TPO1 BACULANTE PARA VIDROS, COM BATEANTE, FERRAGENS E PINTURA ANTI-CORROSIVA, INCLUSIVE VIDROS, ACABAMENTO, ALZAR E CONTRAMARCO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_12/2019	5,28	M2	644,40	3.402,43	837,14	R\$ 4.420,10
11	PINTURA EXTERNA E INTERNA								R\$ 3.950,05
11.1	SINAPI	80485	PINTURA e Aplicação de Fundo Selador Acrílico em Paredes, uma demão, AF_06/2014	200,60	M²	3,54	736,44	4,25	R\$ 886,13
11.2	SINAPI	80489	PINTURA e Aplicação Manual de Pintura com Tinta Látex Acrílica em Paredes, duas demãos	200,60	M²	12,24	2.553,26	14,69	R\$ 3.063,92
12	INSTALAÇÃO ELÉTRICA (ampliação)								R\$ 6.561,12
12.1	Quadros de Distribuição								R\$ 87,62
12.1.1	SINAPI	101892	Disjuntor Tipo DinTEC, Bipolar de 6 até 22A	1,00	Unid.	67,45	67,45	87,62	R\$ 87,62
12.2	Iluminação e Tomadas								R\$ 6.473,49
12.2.1	SINAPI	104473	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR NAS PAREDES, INCLUSIVE TOMADA, ELÉTRICO (OUT), CABO, RASGO E OLUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA), AF_11/2022 (SEM UM OR. 171,69)	6,00	Unid.	169,95	1.019,70	220,78	R\$ 1.324,69
12.2.2	SINAPI	104475	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL, COM ELÉTRICO (OUT) EMBUTIDO EM RASGO NAS PAREDES, INCLUSIVE TOMADA, ELÉTRICO (OUT), CABO, RASGO, QUEBRA E OLUMBAMENTO, AF_11/2022	9,00	Unid.	144,52	1.300,68	187,75	R\$ 1.689,71
12.2.3	SINAPI	97586	LUMINÁRIA TPO CALHA, DE SOBREPISO, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_02/2020 170,53	6,00	Unid.	170,53	1.023,18	221,54	R\$ 1.329,21
12.2.4	SINAPI	91926	CABO DE CUIBRE FLEXÍVEL ISULADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_03/2023	300,00	Metros	4,03	1.209,00	5,24	R\$ 1.570,61
12.2.5	SINAPI	91930	CABO DE CUIBRE FLEXÍVEL ISULADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, AF_03/2023	50,00	Metros	8,61	430,50	11,19	R\$ 559,26
13	INST. PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO								R\$ 115,23
13.1	SINAPI	37539 + composição	Placa de Sinalização Fotoluminescente para Sinalamento, Orientação, Sinalamento, dimensões 133/20cm, face simples - Forneimento e Instalação	2,00	unid.	23,30	42,60	27,67	R\$ 55,34
13.2	SINAPI	97599	Luminária de Emergência - Forneimento e Instalação	2,00	Unid.	23,85	46,10	29,94	R\$ 59,89
TOTAL (AMPLIAÇÃO SALA 01)									143.539,77

OBSERVAÇÃO 1: NO VALOR PROPOSTO ESTA INCLUSO O VALOR DO INSUMO, MÃO DE OBRA E BDI.

OBSERVAÇÃO 2: ESSA PLANILHA ORÇAMENTARIA E SEU CRONOGRAMA, FAZEM PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO, JUNTAMENTE COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, RELATORIO TECNICO, SENDO ESSA PLANILHA BASE PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTARIA.

OBSERVAÇÃO 3: QUANTO AOS ITENS APRESENTADOS NA DESCRIÇÃO, CASO NÃO SEJAM EXECUTADOS, A CRITÉRIO DA FISCALIZAÇÃO, OS MESMOS PODERÃO SER SUPRIMIDOS;



8.4. PLANILHA CRONOGRAMA

PLANILHA CRONOGRAMA								
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE - SC PROJETO: AMPLIAÇÃO DO COLÉGIO JOÃO REVERS (SALA 01) Endereço da Obra: Parte de chacara nº 56 - Centro do Município RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENG FABIO LUIZ ECKERT			ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 52,29m ²		SINAPI 02/2024 (COM DESONERAÇÃO) DATA REFERENCIA TÉCNICA 19/03/2024 DATA ORÇAMENTO: 16/04/2024 BDI 29,91%			
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS (R\$)	SERVIÇOS A EXECUTAR					
			MES - 1,00 SIMPL.%	ACUM. %	MES - 2,00 SIMPL.%	ACUM. %	MES - 3,00 SIMPL.%	ACUM. %
SERVIÇOS A EXECUTAR								
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$603,63	100,00	100,00		100,00	100,00	
2	SAPATAS	R\$6.623,79	100,00	100,00		100,00	100,00	
3	VIGA BALDRAME	R\$13.999,20	100,00	100,00		100,00	100,00	
4	PILARES	R\$6.023,01	50,00	50,00	50,00	100,00	100,00	
5	VIGA SUPERIOR	R\$8.037,22		0,00	50,00	50,00	100,00	
6	LAJE PRE-MOLDADA	R\$8.258,24		0,00	50,00	50,00	100,00	
7	CUBERTURA	R\$29.916,56		0,00	20,00	20,00	100,00	
8	PAREDE EM ALVENARIA	R\$9.337,48	20,00	20,00	80,00	100,00	100,00	
9	REVESTIMENTOS DE ALVENARIA	R\$27.900,03		0,00	20,00	20,00	100,00	
10	PAVIMENTAÇÃO	R\$8.343,34		0,00		0,00	100,00	
11	VERGA E CONTRAVERGA EM CONCRETO	R\$4.240,26		0,00	100,00	100,00	100,00	
12	PEITORIS	R\$2.115,97		0,00	100,00	100,00	100,00	
13	ESQUADRIAS (PORTAS)	R\$3.094,54		0,00		0,00	100,00	
14	ESQUADRIAS (JANELAS)	R\$4.420,10		0,00		0,00	100,00	
15	PINTURA EXTERNA E INTERNA	R\$3.950,05		0,00		0,00	100,00	
16	INSTALAÇÃO ELÉTRICA (ampliação)	R\$6.561,12		0,00	50,00	50,00	100,00	
17	INST. PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO	R\$115,23		0,00	50,00	50,00	100,00	
TOTAL DOS SERVIÇOS A EXECUTAR		R\$143.539,77	R\$ 26.105,62	18,19%	R\$ 39.886,95	27,79%	R\$ 77.547,20	54,02%
VALORES EM REAIS (R\$)			R\$ 26.105,62	18,19%	R\$ 65.992,57	45,98%	R\$ 143.539,77	100,00%

8.5. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI				
BDI - BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS				
BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS				
PROJETO: AMPLIAÇÃO DO COLÉGIO JOÃO REVERS (SALA 01)				
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE - SC				
Intervalo de admissibilidade				
Item Componente do BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil	Valores Propostos
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	4,00%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%	1,20%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%	1,20%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%	7,60%
I1: PIS e COFINS				3,65%
I2: ISSQN (conforme Legislação Tributaria Municipal)				3,00%
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 13161/15 - Desoneração)				4,50%
BDI incluso no custo unit? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO INCLUSO				
BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento				23,65%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento				29,91%



BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento		23,65%
BDI - COM Desoneração da folha de pagamento		29,91%
Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula abaixo.		
BDI - SEM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1$		
BDI - COM Desoneração = $[(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1$		

8.6. Objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 199/2023.

8.7. Os itens/serviços objetos desta contratação são caracterizados como **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**.

8.8. Demais documentos estarão anexos no site do Município e no Portal Compras públicas.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.1.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.1.4. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



9.1.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.1.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.1.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

9.1.8. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.1.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.1.10. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 199/2021, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Belmonte, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

9.2. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA (O):

- a) Os serviços deverão atender as especificações relacionadas nos descritivos de cada item;
- b) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- c) Todas as despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, locomoção, alimentação dentre outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto/ ou serviço desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada;
- d) O controle de qualidade será realizado de acordo com as características do serviço sendo que em caso de não corresponder as exigências mencionadas o serviço/e ou objeto será recusado ficando a CONTRATADA sujeita a trocá-lo ou regulariza-lo (**a depender do objeto/ ou serviço da contratação**) no prazo determinado pela administração independentemente da aplicação das penalidades previstas;



- e) Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- f) Considerar as decisões ou sugestões da Prefeitura Municipal de Belmonte-SC sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
- g) Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;
- h) Arcar com as despesas de execução dos trabalhos externos próprios, como locação de veículos, combustível, alimentação, equipamentos eletrônicos e acessórios, dentre outras;
- i) Reparar /substituir/alterar os produtos em não-conformidade ou não aprovados, sem ônus para a contratante;
- j) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- k) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.
- l) Substituir os serviços ou materiais em caso de não cumprimento de acordo com a proposta apresentada e/ou inobservância às especificações exigidas;
- m) Assinar o contrato no prazo de até **05** dias úteis da notificação por parte da Administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações da Lei.
- n) Realizar a execução dos serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, acompanhado da Nota Fiscal entregues no local e prazo estipulados na ordem de serviço;
- o) Assumir a responsabilidade pela prestação do serviço descrito nos termos deste Edital e seus Anexos, bem como por quaisquer danos causados a esta Municipalidade ou a terceiros.
- p) Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação, devendo, justificada e previamente, solicitar



autorização ao CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste contrato

q) A CONTRATADA deverá seguir estritamente o que está disposto no projeto de engenharia, memorial descritivo, orçamento base e cronograma físico financeiro, garantindo a excelente qualidade dos materiais utilizados, responsabilizando-se por fato superveniente quanto a irregularidades na construção e execução da obra, ou seja, corrigir, alterar e/ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços não aprovados pela fiscalização, conforme prazos definidos por esta, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

r) Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.

s) Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

t) Apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Execução pelo CONTRATANTE.

u) Fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios.

v) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

w) Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.

x) Matricular a obra perante o INSS – cadastro CNO, bem como fornecer cópia da matrícula, em até 10 dias após assinatura da Autorização de Início da Obra, restando ainda, condicionada à liberação do saldo final mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito em nome da referida matrícula aberta no INSS.

y) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou



Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item.

z) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto OBJETO/SERVIÇO do edital.

aa) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos.

bb) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

cc) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

dd) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

ee) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

ff) A CONTRATADA deverá providenciar e entregar à FISCALIZAÇÃO, cópias do “as built”, caso sejam necessária alterações na execução do projeto original.

9.3. DOS PRAZOS

a) O prazo máximo para execução e entrega do objeto do presente Contrato será conforme cronograma físico-financeiro, e será contada a partir do início da obra.

b) O prazo para início das obras será de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço.

c) O prazo previsto poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela CONTRATADA, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

d) A CONTRATADA deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro detalhado, no prazo



de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do contrato, o qual será submetido a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

e) O cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias úteis contados de sua entrega pela CONTRATADA, servirá como base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.

Belmonte – SC, 07 de junho de 2024.

DAIANA LUCIA VILLA BASSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



APÊNDICE DO ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES

A construção de uma nova sala de aula na escola de ensino fundamental de Belmonte/SC, é uma iniciativa crucial para atender à crescente demanda educacional e à limitação espaço existente. Atualmente, a escola possui poucas salas de aula, o que resulta em superlotação e compromete a qualidade do ensino.

A superlotação impede a concentração dos alunos e dificulta o trabalho dos professores, além de afetar negativamente a saúde e o bem-estar de todos. Com um ambiente mais amplo e adequado, será possível oferecer um ensino mais eficaz e personalizado, melhorando o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes.

Além disso, o município de Belmonte contará com ajuda de recursos provenientes de emenda parlamentar para viabilizar essa construção. Esses recursos adicionais são fundamentais para financiar o projeto, permitindo assim que a nova sala de aula seja construída.

A expansão da infraestrutura escolar é um investimento no futuro da comunidade, promovendo um ambiente de aprendizagem mais saudável, inclusivo e equitativo. A nova sala de aula contribuirá significativamente para a melhoria da educação e da qualidade de vida no município, reforçando assim o compromisso da gestão do município de Belmonte com o desenvolvimento sustentável e a equidade educacional de seus alunos.

2 - ÁREA REQUISITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Educação

3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



3.1. Visando atender à contratação, por meio de processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**.

3.1.1. Em se tratando dos requisitos da contratação da empresa, ela se dará pelo licitante que preencha as condições legais de documentação jurídica, fiscal, econômico-financeira, e demais requisitos conforme edital.

3.1.2. As licitantes devem cotar em suas propostas, bem, como executar os serviços com qualidade, e de acordo com as descrições apresentadas de cada item.

3.1.3. Todo o serviço deverá ser entregue de forma solicitada pelo órgão responsável, respeitando as informações contidas na Ordem de Fornecimento ou contrato.

3.1.4. O contratado deverá comprovar os requisitos para atendimento da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira estabelecidos no Edital de licitação.

3.1.5. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento, no termo de referência e no edital de licitação.

4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O valor estimado para contratação foi estabelecido através do cronograma físico financeiro elaborado a partir do projeto arquitetônico e complementares, a qual foi desenvolvida com base nos valores da tabela SINAPI, conforme sugere o Art. 48 do Decreto nº 199/2023 do Município de Belmonte/SC.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Como solução é indicado a contratação na modalidade pregão eletrônico, visando uma melhor competitividade.

5.2.A contratada deverá realizar os serviços de acordo com os quantitativos indicados na Autorização de Fornecimento ou contrato.



5.3. A construção de uma nova sala de aula na CMEF Professor João Revers foi considerada a melhor forma de utilizar os recursos fornecidos pela Secretaria de Educação do governo estadual, considerando a demanda específica desta escola. Esta iniciativa será extremamente benéfica para melhorar o uso dos espaços na escola e, conseqüentemente, elevar a qualidade do ensino oferecido.

6 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. Para estimar as quantidades de materiais necessários para a construção, foi realizado um levantamento detalhado que considerou as necessidades específicas e as especificações dos materiais exigidos para a realização do projeto, será construído 01 sala de aula.

7 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor total estimado previsto para a aquisição do referido objeto será de **R\$143.539,77** (cento e quarenta e três mil quinhentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos)

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Não haverá parcelamento em função de não haver necessidade justificada.

9 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. O município não implementou o plano anual de contratações até o momento.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Pretende-se proporcionar aos alunos, professores e pessoas que trabalham e/ou utilizam o ambiente escolar, um ambiente mais otimizado, mais espaçoso e acolhedor, além de possibilitar uma melhor distribuição das turmas, e atender da melhor forma possível a demanda presente hoje na escola.

Que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração, tanto em relação aos custos quanto em relação aos aspectos qualitativos do serviço e/ou item a ser adquirido durante todo o processo.



Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

11 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE / POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

(X) Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

() Esta Equipe de planejamento declara **INVIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9 IN ME/SEGES nº 58/2022.

15 - RESPONSÁVEIS

Rodrigo Alberto Grassioli
Arquiteto



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2024

MINUTA CONTRATUAL Nº. ____/2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC**, E DE OUTRO LADO A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC**, com sede administrativa localizada na Rua Engenheiro Francisco Passos, nº 133, Bairro Centro, CEP nº 89925-000, Centro, Belmonte/SC, inscrito no CNPJ sob o nº **80.912.108/0001-90**, neste ato representado pelo Sr. _____, Secretário/e ou prefeito de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20____, publicada no DOU de _____ de _____ de _____, portador da Matrícula Funcional nº _____, denominada **CONTRATANTE. E A EMPRESA** _____, estabelecida na Rua _____, inscrita no CNPJ sob o Nº. _____, ora denominada

CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. E em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 do Decreto Municipal nº 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 24/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEF PROFESSOR JOÃO REVERS, COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0236/2022, PROVENIENTE DA SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, NAS DIMENSÕES DE 6,30MX8,30M (ÁREA DE 52,29M²) CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS COMPLEMENTARES**, conforme edital e termo de referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEF PROFESSOR JOÃO REVERS, COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 0236/2022, PROVENIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E RECURSOS PRÓPRIOS, NAS DIMENSÕES DE 6,30MX8,30M (ÁREA DE 52,29M ²), CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS COMPLEMENTARES	UND	1	
	TOTAL			

1.3. Vinculam esta contratação/contrato, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;



1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo em casos necessários e com autorização prévia da administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....), Firmado através do Processo Licitatório de Nº 24/2024.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, Trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, alimentação e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos conforme necessidade da administração.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

7.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, os valores praticados poderão ser revistos a qualquer momento para restabelecer a relação pactuada entre as partes inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Neste caso fica o contratado obrigado a apresentar documentos(s) comprobatórios(s), Notas Fiscais e/ou planilhas, que demonstrem o efetivo desequilíbrio que identifique a majoração a ser aplicada. A referida revisão contratual será celebrada mediante Termo Aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.14. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que por ventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- 8.15. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- 8.16. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 8.17. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
- 8.18. Notificar a CONTRATADA por escrito sobre a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



8.19. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

8.20. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.21. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

8.22. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8.23. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com a legislação vigente, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênera.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 9.27. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;



9.28. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;(quando for o caso).

9.29. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização ao CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste contrato.

9.30. A CONTRATADA deverá seguir estritamente o que está disposto no projeto de engenharia, memorial descritivo, orçamento base e cronograma físico financeiro, garantindo a excelente qualidade dos materiais utilizados, responsabilizando-se por fato superveniente quanto a irregularidades na construção e execução da obra, ou seja, corrigir, alterar e/ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços não aprovados pela fiscalização, conforme prazos definidos por esta, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

9.31. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades.

9.32. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

9.33. Apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Execução pelo CONTRATANTE;
fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios.

9.34. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

9.35. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto;

matricular a obra perante o INSS – cadastro CNO, bem como fornecer cópia da matrícula, em até 10 dias após assinatura da Autorização de Início da Obra, restando ainda, condicionada à liberação do saldo final mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito em nome da referida matrícula aberta no INSS.

9.36. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item.

9.37. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

9.38. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos.

9.39. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.

9.40. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional.



9.41. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

9.42. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

9.43. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

9.44. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

9.45. Arcar com as despesas de execução dos trabalhos externos próprios, como locação de veículos, combustível, equipamentos eletrônicos e acessórios, dentre outras.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração na data da **assinatura do contrato**, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução **TOTAL** do contrato, e, quando em dinheiro, atualizado financeiramente.

Executado o objeto contratual, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra, durante o **prazo de 05 (cinco) anos** da data do recebimento definitivo da obra, conforme previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto/serviço da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, **sempre que possível**, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



12.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

12.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021).

12.11. O contratante poderá ainda:

12.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados deste exercício do ano de 2024.

- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, Decreto Municipal n.º 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 199/2023 de 1º de Dezembro de 2023.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada



necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.2. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14133/2021, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Descanso/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belmonte - SC, 07 de junho de 2024.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito Municipal de Belmonte

Empresa Contratada

Testemunhas:

- 1-
- 2-

DECLARO que sou Gestor(a) do presente Contrato, De conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021 de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

DAIANA LUCIA VILLA BASSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Mat. 1209/01

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, De conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021 de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

CHIRLEI REGINA REVERS TRENTIN
PROFESSORA.
Mat. 442/02

TEREZINHA F. P. KLEIN
OAB/SC 36.087
Visto Jurídico



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

@prefeturadebelmontesc
@prefeturadebelmonte
administracao@belmonte.sc.gov.br

49 3625 0005 | 3625 0006 | 3625 0079 | 3625 0308



escaneie o qr code aqui

